

OS CRONISTAS E SUA MUSA: RESSIGNIFICAÇÕES DO RIO DE JANEIRO DIANTE DA MUDANÇA DA CAPITAL

Larissa Leal Neves
Universidade de Brasília
larileal.neves@gmail.com

1. Introdução

A transferência da capital, no governo de Juscelino Kubistchek (1956-1961), do Rio de Janeiro para Brasília concretizou-se em meio a muitas dúvidas, tanto com relação à realização da grande obra urbanística da nova capital quanto ao destino da antiga capital. Este estudo debruça-se sobre esse segundo centro para o qual se voltavam os questionamentos à época, a cidade do Rio, partindo das representações engendradas por alguns dos intelectuais que contribuíam com os jornais no período, os cronistas do Rio. Mais especificamente, são nossas fontes as crônicas produzidas por três cronistas que publicavam diariamente em *O Globo*, um jornal em pleno crescimento: Henrique Pongetti (1898-1979), Rubem Braga (1913-1990) e Elsie Lessa (1914-2000).

Efetuada em tempo recorde, a construção da nova capital e a transferência da sede do governo federal para o centro-oeste geraram, ao longo de todo o período que durou, intensos debates na antiga capital sobre o que restaria ao Rio de Janeiro política, econômica, social e culturalmente. Como aponta Marly Motta (2001), basicamente as posições marcavam-se, de um lado, pelos argumentos de que a cidade tinha na sua razão de ser a capitalidade¹, e temiam que a mudança para Brasília causasse danos irreparáveis ao funcionamento da urbe (o desemprego, a queda na arrecadação) e à sua própria essência, já que ela “nascera” para representar o Brasil; de outro lado, pela certeza de que a cidade não sucumbiria facilmente apenas em razão da troca de sede do poder, pois tinha outras qualidades a seu favor (a atividade portuária, o comércio, o turismo), e a identificação da nação com ela não se perderia por decreto. No entanto, nas crônicas essa dualidade parece ter-se diluído em razão de um interesse comum: engendrar uma imagem positiva para o futuro carioca.

¹ O conceito de capitalidade é aqui utilizado conforme Marly Motta (2001), para quem ser capital não representa apenas um aspecto político, mas é identitário, no sentido de se reconhecer na capital também a identidade nacional. Por essa razão, a autora defende que a capitalidade do Rio foi construída desde o período da independência do Brasil.

Nos jornais da ainda capital, o debate se acentua na medida em que as obras no planalto central avançam, sendo no último ano da construção, entre 1959-1960, que o assunto passa a ser mais recorrente e as posições estão tomadas. Por essa razão, esse é o período abordado neste estudo, um intervalo curto e intenso de incertezas históricas. A crônica, fazendo jus à sua posição de gênero literário do cotidiano da cidade, em especial da cidade carioca, já que é ali que de fato se dá o seu nascimento e suas transformações, oferece-nos um rico caleidoscópio desse momento, em que os cronistas, como parte da intelectualidade que tem sua voz divulgada pelos jornais, utilizam-na para expressar os sentidos da transferência, ressignificando a cidade diante da iminente perda. Nesse viés, o papel deste estudo é compreender esses sentidos expressos pelos cronistas, tidos como parte de uma intelectualidade em ação a favor de sua musa, a cidade do Rio de Janeiro.

2. Os cronistas e sua musa: o debate e o olhar poético na iminência de ser ex-capital

Não era possível que às vésperas de 21 de abril de 1960, dia prenunciado para a mudança da capital, os jornais e seus cronistas ignorassem o grande evento nacional. Contrários ou favoráveis, “mudancistas” ou “anti-mudancistas”, já não importava, a transferência estava sendo solenizada. No entanto, a polarização criada com a nova capital não se resolvia assim, ao menos para aqueles que ficavam na antiga sede: a questão não é apenas saber o que será e como funcionará Brasília e os caminhos da nação, mas também o que será do Rio de Janeiro, agora intitulado Estado da Guanabara.

O Globo, um dos jornais com maior tiragem do Rio de Janeiro (187 mil exemplares diários em 1958, chegando a 218 mil, em 1960), o que lhe garantiu grande poder de influência (BARBOSA, 2007, p. 155) construía, desde 1957, quando a nova capital começou a ser erguida, ferrenha oposição a ela, especialmente noticiando “os escândalos” de Brasília e a tomada de posição de políticos frente a elas, sendo notórios o uso dos espaços não assinados nas páginas de política e economia como simples notícias².

² É exemplar, na edição de 06 de maio de 1959, praticamente um ano antes da mudança prevista, que quase metade da página 16, na seção “Legislativo em ação”, dedicada às notícias da Câmara, seja usada

Apesar disso, no dia 21 de abril, a primeira página do jornal anuncia “Brasília e Guanabara emocionam o país”, e divide-se entre a “Mensagem aos cariocas”, “A despedida do Catete”, a constatação de “Brasília inaugurada” e a “Saudação do governador ao povo da Guanabara”, com grandes fotos das solenidades, nas duas cidades, estampadas (O GLOBO, n. 10.417, p.1).

Os cronistas também expressam seus sentimentos diante da nitidez de um novo momento histórico.

Henrique Pongetti, cronista veterano que assina, na página 3, cercado por notícias de cunho político-econômico, a coluna sugestivamente intitulada “O Show da Cidade”, ofertara na véspera seus votos de *Boa sorte, Brasília* (O GLOBO, n. 10.416, p.3), sem dirigir-se, porém, realmente à nova capital, mas evocando apaixonadamente o passado do Rio de Janeiro, desde a sua fundação, ressaltando a chegada da Família Real, em 1808, a “renovação da cidade” na Primeira República e no Governo Vargas: “A cidade apesar de tudo continua sendo a mais bela do mundo”. Seus votos de “boa sorte” à Brasília resumem-se apenas à esta frase “Boa sorte, Brasília. Natifeita Brasília, boa sorte”, à qual já emenda o comparativo ao Rio de Janeiro: “A sorte paradoxal desta terra, onde o rei começou mandando fazer casas de pau para enganar a vista, casas que o tempo revelou serem sementes de construções ciclópicas, casamatas do futuro”.

No dia da transferência, a crônica *Vida Nova* (O GLOBO, n. 10.417, p.3) volta-se completamente para esse futuro, que então se abre, a Guanabara, despedindo-se com rancor: “Temos em nosso bolso a chave da casa e a trancaremos aos indesejáveis (...) Haveremos mesmo de sentir a gostosura de pôr em ordem a louça, expulsos da loja os macacos”. Esses, ressalte-se, são os políticos e funcionários ligados diretamente ao Governo Federal, “o parente mais pomposo, causador de constrangimentos, de cerimônias, de salamaleques”. Ambas as crônicas de Pongetti demonstram a valorização da antiga capital, agora estado, sobre a nova capital, pela evocação de um “passado glorioso” bem como de um “futuro glorioso”, a ser construído “longe da política”.

para detalhar os motivos pelos quais um deputado, Sr. Adauto Lúcio Cardoso, considerava “impraticável” a mudança para Brasília, seguida pela exposição de motivos de outro vereador, o Sr. Frederico Trota, contra a estadualização do Rio, prevista com a mudança da capital. Da mesma forma é recorrente, em novembro de 1959, o detalhamento em torno do inquérito que estava sendo instaurado na Câmara dos Deputados sobre “desvios” e “malversação” do dinheiro empregado na construção de Brasília, destacando o nome do deputado da oposição Sr. Elias Adaime.

Rubem Braga, veterano e um dos grandes nomes da crônica naquele momento, que assinava sua sessão na segunda página, também cercado de notícias político-econômicas, e cujo título era apenas “A crônica de Rubem Braga” (seu nome em letras maiores) no dia da inauguração prefere falar sobre a questão do petróleo e da reforma agrária, mas no dia 23 de abril dedica texto a *O novo estado* (O GLOBO, n. 10.419, p.2), observando que “aí estamos nós, do Rio, em estado de Estado: e tomar estado é tempo de tomar siso”. No entanto, em *Espírito Santo*, publicada em 20 de abril (O GLOBO, n. 10.416, p.3), em que descreve sua última visita ao seu estado natal, ele já adiantara: “Mas aqui estou eu falando do Espírito Santo e o assunto hoje seria Brasília. Mas Brasília que se inaugure e que se dane; estou de mau-humor; e a pobreza que vi no meu Estado não me deixa achar graça em seus fogos de artifício – de excessivo artifício”. Dois elementos são aí essenciais: a negação da importância de Brasília, recusando-se a falar dela nos dias próximos à transferência – e, quando o faz, é de maneira irônica –, e a projeção do futuro da antiga capital a partir do entendimento do momento como um marco histórico.

Enquanto isso, Elsie Lessa, com seu “Globe-trotter”, publicado na primeira página da segunda sessão, dedicada às diversidades e aos assuntos culturais, tira férias e envia eventualmente suas “crônicas de veraneio” de Caxambu (MG). Retorna apenas em maio, e não se manifesta sobre a inauguração. Ela que em agosto de 1959, dedicara uma série de crônicas a Brasília³ e declarara-se mudancista.

No entanto, chegar a esse quase apaziguamento diante do momento não foi simples. Para se compreender as representações do Rio de Janeiro naquele contexto é preciso uma incursão maior no conjunto de crônicas dos autores, seguindo a construção desses discursos e seus engendramentos no imaginário, aqui entendido, conforme Bronislaw Baczko (1985), como o “lugar” onde se criam as identidades de grupo, dos grupos sobre os outros, a importância das instituições sociais, o lugar ocupado pela

³ Essas crônicas foram publicadas em 21, 26, 27 e 28 de agosto de 1959 (respectivamente, *Impressões sobre Brasília, Núcleo Bandeirante, Os candangos de Brasília, Visita à água e ao Catetinho*), em tom bastante elogioso. Rubem Braga também escreveu algumas crônicas descrevendo a nova capital quando de sua visita, em 1958, no entanto, sem mostrar o mesmo entusiasmo. Vale ressaltar que durante 1958 e 1959 era comum que os escritores fossem convidados a visitar a construção de Brasília, assim como outras personalidades políticas, artísticas, etc, visitas essas que eram noticiadas pelos jornais.

sociedade na história, entre outras questões que estão inscritas no seu sistema simbólico e que movem as ações do homem e que, por isso, é fundamental para a coesão social.

O olhar desse conjunto entre os anos de 1959 e 1960, último ano da meteórica construção de Brasília, permite compreender essas representações que ressaltarão a história da cidade do Rio, a política, suas belezas naturais, o seu cosmopolitismo e mesmo os seus problemas, como engendrados no cotidiano, do qual a crônica se nutre e que é condição mesma de sua existência, sendo, como descreveu Sandra Pesavento (1997, p. 31), “registros sensíveis de um tempo”, o que permitiria captar “o sentido das ações e das formas dos homens do passado perceberem a si próprios e ao mundo”.

Luiz Simon (2006) destaca o cronista como um intelectual que cria suas obras ao longo dos acontecimentos e na troca com o público, sendo interpelado por uma gama de assuntos díspares que se fazem importantes no dia-a-dia, pensando os problemas imediatos da sociedade *na* vida cotidiana da cidade, de que não se distancia. Desse ponto de vista, Pongetti, Lessa e Braga são intelectuais do Rio de Janeiro e, em um momento chave de sua história, não poderiam eximir-se do debate.

Uma primeira questão a ser observada no modo como eles participam dessa contenda é como o “ideal” do projeto de Brasília é representado, e como ele se relaciona ao Rio de Janeiro. Para isso, retornaremos ao ano de 1959.

Elsie Lessa publica, em 29 de junho daquele ano, *Brasília em filme* (O GLOBO, n. 10.168, p.1, seção 2), em que comenta o filme sobre a construção da nova capital feito por Carlos Niemeyer⁴. Confessando que ainda não fora a Brasília, diz que somente quando viajou ao exterior deu-se conta do tamanho dessa “ideia”, do “bem que representa essa ideia meio louca de uma nova cidade, uma nova capital, sendo construída, às pressas, em força e beleza para o futuro”. O discurso oficial da “cidade moderna”, para um “Brasil moderno”, e o moderno entendido como aquilo que se volta “para o futuro”, é o que aparece nessa crônica. A cronista-narradora começa a mostrar-se empolgada com esse ideal, sublinhando as características arquitetônicas mostradas no

⁴ Na crônica, Lessa não nomeia esse filme e também não foi encontrada nenhuma referência a ele nem em listas de “filmes sobre Brasília”, por exemplo, da Fundação Getúlio Vargas (<https://cpdoc.fgv.br/brasilia/filmografia>), nem consta na filmografia de Carlos Niemeyer, responsável por famosos documentários sobre futebol na década de 1970. Ao que tudo indica, trata-se de uma película experimental, não comercializada.

filme, com “lirismo e majestade”. Mas o que torna o seu encantamento, e, por consequência, o discurso oficial, mais forte é a imagem criada ao final: “Vejo com inveja as ruas em que o homem, restituído à sua inicial dignidade, não tenha que disputar, assustado e encolhido, aos veículos de rodas, o seu lugar no chão ou na vida”. Nesse sentido, a transferência da capital é vista como uma salvação para o país, que terá em sua nova capital um modelo de vida urbana a seguir, um guia para o futuro, papel que o Rio de Janeiro já não cumpre.

Também em *Brasília-Pasárgada*, de 16 de julho (O GLOBO, n. 10.183, p.1, seção 2), Lessa trabalha essa imagem da nova capital envolta num ideal de cidade, o qual é já expresso no título que faz referência ao poema de Manuel Bandeira, “Vou-me embora pra Pasárgada”. Dessa vez, porém, conta relatos de personagens, de idades, profissões e classes diferentes, que estão mudando-se para Brasília muito otimistas: “E quase não conheço quem não esteja indo para a nova Pasárgada. É uma fuga, uma desforra, uma promessa de renovação: ir para Brasília”. A estratégia de “dar voz” a vários personagens afirma, então, esse desejo generalizado por “renovação”, como fora sublinhado na crônica anterior, mesmo que dessa vez não haja oposições explicitadas. O ideal urbano moderno, evocado como a utopia de “Pasárgada”, aparece suficiente em si mesmo.

Já Pongetti publica, em 03 de novembro, *Kafkiana* (O GLOBO, n. 10.276, p.3), com base no comentário de um congressista, nomeado como Zevi, no congresso de críticos de arte e urbanistas, que chamara Brasília de “cidade kafkiana”. O cronista explica que a surpresa que Brasília causa não é pela sua estética, mas pela sua criação artificial, uma cidade sem passado, sem “alma”, “a alma transferida às coisas inanimadas pelas gerações que se vão deste mundo”. A comparação feita é com a “Europa de cidades sobrepostas, de épocas mortas enterradas umas em cima das outras, onde temos debaixo dos pés a companhia dos ancestrais, e cada passo nosso é um elo indissolúvel no tempo”. Essa bela imagem mostra, ao mesmo tempo, a importância atribuída à história de uma cidade e a aproximação desejada com o ideal europeu. Nesse sentido, mesmo que não seja dito diretamente nessa crônica, é o Rio de Janeiro que mais se aproxima do ideal civilizatório europeizante, por mais que Brasília guarde engenhosidade urbana e estética.

Em outra crônica, esta de 09 de março de 1960, *Postura bilaquiana* (O GLOBO, n. 10.381, p.3), depois de comentar sobre notícia de que o presidente não permaneceria em Brasília após sua gestão, e comparar a nova capital a um “sapato novo comprado sem experimentar”, o cronista afirma que “ninguém abandona o Rio sem azedume”, e relata, de maneira entusiasta sobre ser a cidade “um prêmio geográfico”: “esse mar, essas mulheres, esse cio atmosférico, esse denço, esse tantã hipnótico de batucadas invisíveis, esse céu cambiante e imaginoso que veste de tons inefáveis a escabiose dos edifícios”. A descrição remete a uma cidade em que natureza e urbe se conciliam de maneira ideal, e faz oposição à Brasília comparada a um “relógio suíço”, cujo funcionamento perfeito é resultado de uma artificialidade.

Retornando alguns meses, de volta a 1959, em 23 de dezembro, Rubem Braga também desenha uma Brasília marcada pela artificialidade. *A cidade feliz* (O GLOBO, n. 10.319, p.2) associa suas observações sobre a arquitetura e urbanística de Brasília, “bela, mas artificial”, com “jeito de coisa importada”, a considerações políticas, a começar pela aparente “ausência” de desigualdades sociais. Ao fazer essa oposição com a organicidade de uma cidade que não nasce pronta (ele não cita nenhuma diretamente), destaca tanto elementos lúdicos (como o poeta bêbado, o sobrado mal-assombrado), quanto os indesejados (ciganos ladrões), destacando que na nova capital “o rico não será afrontado pelo barraco do pobre, nem o encontrará no seu trajeto”. Trata-se, de uma mescla de imagens que tem em uma perspectiva política o seu fundamento, e através dela critica um projeto de cidade “ideal”, daí que sua observação seja contundente: “Eu compreendo o ideal dessa cidade, uma cidade feliz para uma possível humanidade melhor; mas em volta permanecerá um Brasil misterioso e triste, que ela não entenderá”. O Rio, que não é citado nessa crônica, pode ser percebido na evocação desse outro Brasil, do lado de fora da cidade ideal, uma cidade orgânica onde tanto o lúdico quanto as desigualdades marcam presença.

Em apenas uma dessas crônicas o Rio de Janeiro é citado diretamente, nas demais podemos percebê-lo apenas por referências, mas nelas o que está em jogo é, no momento de incertezas, destrinchar o valor desse novo ideal de cidade. Isso, porém, não é feito com base em análise de “projetos”, em abstrações. Os três cronistas apresentam seus pontos de vista pautados em observações do cotidiano, no caso, como Brasília

ainda é uma construção, no cotidiano das cidades que eles conhecem. Fazendo um apanhado desse cotidiano nas crônicas: Lessa ressalta a cidade superlotada, sufocada, intransitável, que é uma constante nas crônicas da autora voltadas para a vida carioca (por exemplo, *Um milhão a menos* (1958), *Depressa, antes que maio acabe* (1959), *Retrato de tarde* (1959)), à qual a organização de Brasília vem se opor; Pongetti, em contrapartida, destaca a cidade como lugar onde a história é feita e que, por sua vez, a dota de vida (esse motivo é exatamente o que seria valorizado nas crônicas *Boa sorte, Brasília* e *Vida Nova*, que celebram o destino do Rio de Janeiro como Estado da Guanabara, em 1960, mostradas ao início), bem como a vivacidade de sua paisagem, que conjugaria natural e urbano; enquanto isso, Braga apega-se aos problemas sociais, tão típicos das cidades orgânicas quanto sua beleza histórica (“seus mistérios”), assunto esse que é apontado ao final de *Espírito Santo*, como vimos, mas que o cronista retoma várias vezes (por exemplo, *Povo limpo* (1958) e *Pinte-se* (1959)).

Existe, então, um ideal moderno de cidade e sociedade em pauta com a construção de Brasília, aceito por Lessa e questionado por Pongetti e Braga, mas que, de toda forma, é como os cronistas opõem-na à sua antiga capital, o Rio de Janeiro.

Acontece que Brasília é parte fundamental do plano desenvolvimentista do Presidente Kubitschek, “meta-síntese” para onde todas as demais devem confluir: simboliza o novo Brasil, porque demonstra as suas “potencialidades”. Como aponta Márcio de Oliveira (2005, p. 65), ela representa a era do progresso, sempre almejada, agora apresentada como “racional, além de ser política, econômica e socialmente defensável”, portanto, possível. Concretiza, com isso, uma “nova nacionalidade” moderna, em um novo momento na eterna busca pela inserção na modernidade. Nesse caso, o Rio de Janeiro poderia até representar a nação, mas a nação passada, de uma espécie de “progresso passado”, que não vingou. O novo ideal de cidade é apresentado nesse momento pelo urbanismo modernista do pós-guerra, conforme José Lamas (2004), cuja direção é a recusa da cidade tradicional, investindo-se em formas e configurações totalmente novas. É, assim, um ideário marcadamente comprometido com o futuro, de costas para o passado, em seu aspecto físico, psicológico e social. É portanto, com esse ideal que os cronistas comparam o Rio, fazendo vir à tona tanto a

sua desorganização, como os problemas sociais em seu seio, mas também a sua história, a sua paisagem urbana e natural.

O questionamento desse ideal representado por Brasília também se dá em torno da ideia do poder associado ao Governo, como podemos perceber nas crônicas em que Pongetti e Braga, especificamente, abordam como este “se retira” da cidade e suas consequências. As observações feitas entre uma cidade que abriga o poder e uma cidade que pode, em vez disso, exaltar os seus prazeres, é o que é trabalhado em algumas delas.

Logo ao início de 1959, em 12 de janeiro, Henrique Pongetti, já questionando sobre o que seria feito dos imóveis do Governo Federal no Rio, em *O espólio de Brasília* (O GLOBO, n. 10.028, p.3) abre também caminho para uma bem-humorada, e muito sugestiva, resolução quanto aos bens de Petrópolis, histórica cidade de veraneio do poder central, desde o Império. Após levantar a possibilidade de barganhas políticas, que mostram a corrupção no Rio⁵ e estender essa preocupação a Petrópolis, desliza o assunto da política apresentando uma terceira opção, a de que a residência de verão da Presidência assim permaneça: “no meu franco entender, o melhor alibi para o chefe do Governo matar suas saudades do Rio, e ali cansar-se mais um pouco, será descansar em Petrópolis. Não façam tolices, deixem a casa sempre pronta”. É assim que constrói, de maneira apenas indireta, a representação do lugar do Rio após a transferência: para ele, a antiga capital continuará tendo o seu lugar especial como espaço de lazer privilegiado.

No ano seguinte, em *Cidade-mulher*, de 13 de fevereiro (O GLOBO, n. 10.362, p.3), o cronista aprofunda suas observações a respeito do Rio de Janeiro como lugar do prazer a partir de uma observação sobre o “espírito” da cidade: associando características femininas e masculinas aos tipos de cidades, defende que a mudança de capital permitirá que o Rio seja a “cidade-mulher” prenunciada por Álvaro Moreyra, não mais uma cidade “androgizada”, “uma paraíba”, conforme corrompido o seu caráter natural pelo poder. Insinuando que o problema do Rio era ter permanecido como sede do poder, defende, com ar jocoso, que “Governo Federal deve se instalar em lugares viris, que não arrastem os legisladores à adoção de uma filosofia hedonista”. Nesse sentido, acha interessante que a cidade continue a ser, oficialmente, local de veraneio do

⁵ Inclusive com frases bastante diretas: “Talvez o Sr. Armando Fonseca exija a atual residência do Presidente da República para um clube dançante, destinado às famílias dos cabos eleitorais e dos fabricantes dos títulos de eleitores”.

presidente (faz uma analogia com presidentes americanos), retomando, portanto, o que defendera na crônica *O espólio de Brasília*, sobre Petrópolis. Comparando Brasília, “cidade natipronta, sem tradição espiritual”, cercada de “enormes vazios e silêncios”, e o Rio, com “seus banhos de mar e de civilização”, deixa clara a “vocação” da ex-capital para uma vida prazerosa, não artificial, como poderá ser a de Brasília, já que “só o tempo constrói a alma das cidades”.

Em *Petits-sous*, de 16 de abril (O GLOBO, n. 10.413, p.3), já com o destino político do Rio definido para tornar-se Estado da Guanabara tão logo seja realizada a transferência, Pongetti comenta sobre os boatos de que a marchinha Cidade Maravilhosa venha a tornar-se Hino da Guanabara, mais uma vez colocando em destaque as características hedonistas do Rio, que são louvados no marchinha. Além de reforçar a representação da “cidade maravilhosa”, que pulsa em *Cidade-Mulher*, a crônica também usa o possível novo hino para mostrar Brasília como símbolo do progresso e do trabalho, no entanto, em contexto provocativo, pois “não combina” com o hino nacional, o qual “mete um acalanto e lhe faz um cafuné para você não se lembrar de saltar do berço esplêndido”. Demonstra, assim, o hino nacional como inapropriado ao novo momento após a construção de Brasília, “um ultraje ao trabalho nacional”. O interessante é justamente que essa “crítica” aparece ao lado da exaltação da “vocação do prazer” do Rio, o que deixa perceber tratar-se de uma ironia ao discurso do progresso promovido pelo governo com Brasília, ao mesmo tempo que uma negação do poder associado a uma capital, assim como em *Cidade-Mulher*, e que está presente ainda na penúltima frase: “deitado em berço esplêndido não se conquista nem a liberdade nem a prosperidade”.

Nessas crônicas, podemos perceber a riqueza da identidade carioca sendo trabalhada principalmente distanciando-se do poder central, ao qual se associa ora a corrupção, ora a sisudez, ora o slogan (ao qual se faz uma sutil chacota) do progresso. A negação do “lugar do poder” torna-se mais forte, principalmente como fonte dos males do Rio, e permite que outras qualidades suas sejam ressaltadas sem que a cidade se perca como referência no imaginário. Em especial, reivindicando-se a supremacia pela beleza natural e pelos prazeres por ela proporcionados, sem que estes deixem de ser índices de civilização.

Nas crônicas de Braga também essa associação entre o deixar o poder e o voltar-se para as qualidades naturais da cidade é bastante forte.

Em *O destino do Rio*, de 05 de janeiro de 1960 (O GLOBO, n. 10.328, p.2), o cronista narrador diz-se “cronista provinciano”, “sem qualquer ambição federal”, e que por isso não pretendia mudar-se para Brasília, preferindo ficar no Rio “remoendo minhas melancolias à beira-mar”. Coloca-se, portanto, alheio ao clima de poder, e reiterando sua escolha pela cidade não por ser ela a capital, mas pelas suas qualidades marítimas, inclusive sendo essa característica que ele ressalta para a cidade “seguir em frente”, em razão de seu porto. Já em 24 de março, publica *A mudança* (O GLOBO, n. 10.394, p.2), em que relembra que esta será um momento histórico, mas reitera sua vontade de dele não tomar parte, ficando na ex-capital, agora considerando-a “outro acontecimento não menos histórico”, preferindo recolher-se em sua “simples tristeza estadual”. Nessa posição melancólica, evoca a lua, fazendo-a iluminar o que considera a grandeza do Rio: “a lua de Brasília terá a luz da glória, mas a nossa velha, triste lua, continuará abençoando lombos de montanha, seguirá beijando ondas e ouvindo sambas – a não ser que à última hora (essa gente é capaz de tudo) levem a lua também, de mudança”.

Nesse sentido, a paisagem urbano-natural não é simplesmente “compensatória” para o esvaziamento político do Rio, mas maior e mais importante para o carioca que esse poder, que, pelo contrário, deve ser compreendido como algo que usurpou o brilho da cidade durante longo tempo – muito embora também o passado imperial seja evocado como época de ouro por Pongetti... É claro que não se pode ler estas crônicas sem voltar-se também para uma oposição política que se insinua quanto ao governo Kubitscheck, e que, assim, seria a verdadeira face do poder criticado, e isto inscreveria esses dois cronistas na linha de oposição seguida por *O Globo*.

No entanto, se na década de 1950 a mítica da imparcialidade, advinda do jornalismo americano, é o que começava a dominar nos jornais (BARBOSA, 2007), os cronistas não são parte direta dela. Nesse período, esses cronistas publicam em um espaço delimitado como “crônica de diversidades”⁶, já totalmente diferenciado de um

⁶ Entenda-se esse “espaço delimitado” como aquele dedicado a cada cronista individualmente, já que os cronistas diários (isto é, que publicam mais de uma vez ao longo da semana) têm suas sessões

cronista “especializado”. A diferenciação das crônicas por temáticas, conforme ressalta Chalhoub et al (2005), se inicia no fim do século XIX, sob as novas demandas do jornalismo, diminuindo o leque de abordagens de cada cronista: “assuntos como a política, o teatro, o esporte e a memorialística, embora se fizessem desde o início presentes nas produções dos cronistas brasileiros, passaram a merecer seções próprias, pautadas por lógicas e regras específicas” (CHALHOUB ET AL, 2005, p. 17).

Tal especialização, porém, não impediria que alguns cronistas se mantivessem como responsáveis por colunas de maior variedade de assuntos, mas sem necessitar preocuparem-se em destrinchar os “assuntos sérios”, e é isso que definiria os “cronistas de variedades”⁷. Quem vai fazê-lo são justamente aqueles que utilizam de uma linguagem mais “solta”, com maior liberdade criativa, que tratam o cotidiano da cidade sem limites de “área do conhecimento”, uma leitura feita pelo sensível, pelo recurso à memória, pelo uso do lirismo aplicado às coisas triviais da cidade, pelo humor diante das situações corriqueiras, etc. É com esse olhar que devemos entender as crônicas anteriormente vistas e pensar que o fato de esse tipo de texto, “não-sério”, construído no entrelugar da literatura com o jornalismo, ter tanto espaço nos jornais da época pode dar-nos uma dimensão de sua importância na construção do imaginário sobre a cidade, tal como Sandra Pesavento (1997, p. 34.) designa “não só o sistema de ideias e imagens que toda comunidade constrói para si, mas, também, um conjunto de significados de que esta representação coletiva é portadora”.

Assim, o cronista, que não é *especializado* em assunto nenhum, mas fala a partir do que observa na cidade, com seu olhar atento e, claro, suas referências, não necessariamente *deve* enquadrar-se na linha editorial do jornal.

Não podemos deixar de salientar, com isso, que essas crônicas são construídas com uma liberdade poética e uma subjetividade explícita que, simultaneamente, as despreendem de um compromisso político-partidário com o jornal que as veicula, como

espalhadas pelo jornal, não reunidas em um caderno específico, como eram os Suplementos Literários, geralmente publicados aos fins de semana.

⁷ Para mais reflexões sobre a permanência da crônica de variedades, conferir COELHO, Marcelo. COELHO, Marcelo. *Notícia sobre a crônica*. CASTRO, Gustavo de; GALENO, Alex (orgs). *Jornalismo e Literatura: a sedução da palavra*. São Paulo: Escrituras Editora, 2002, p. 155-162.

dito, e as aproxima do leitor, que encontra ali caminhos para identificar-se, como cidadão carioca.

Nesse ponto, cabe ressaltar a legitimação da voz do cronista como intelectual no jornal. Isso porque, o cronista capta os discursos que são emitidos na sociedade, inserindo sua voz e ressignifica-os, à sua maneira. Acontece que, como foi apontado por Michel Foucault (2014), por mais que todos possam participar dessa infinita colaboração discursiva, não são todos que são legitimados a dizê-lo. Antes, o discurso é “aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT, 2014, p. 10). O intelectual, como alguém cuja sociedade reconhece que detém conhecimento, é um dos sujeitos que tem o poder de dizer, que *pode* emitir determinados discursos como verdadeiros. Segundo Foucault (2014, p. 25) é preciso entender o autor (que neste contexto utilizamos como parte do mesmo campo semântico do intelectual) “como princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como foco de sua coerência”. Dessa maneira, não se trata da “originalidade” de seus discursos, os quais, na verdade, são impossíveis de resgatar, mas é a originalidade de sua organização sócio-semântica que contribui à sua legitimação.

Sendo assim, o cronista tem um poder legitimado de dizer aquilo que ele percebe sobre a vida cotidiana, muitas vezes retirada dos próprios discursos populares, às vezes mesmo os mais “clichês” – como fica evidente em crônicas como *Brasília-Pasárgada*, de Lessa, em que esses discursos são parte da construção narrativa. Acontece que, assim como em outros gêneros literários, a crônica se apropria de discursos que circulam no cotidiano, que Foucault (2014, p. 21) diz “passarem com o ato mesmo que os pronunciou”, e remodela-os em discursos que serão retomados, criando novos discursos. É ao fazer isso que o cronista, como diz Sandra Pesavento (1997), eterniza as vozes das ruas, as impressões do tempo.

É nesse sentido que podemos entender, então, as representações do Rio à época, engendrando-se no contexto da transferência da capital, em oposição à Brasília (seja de maneira positiva ou negativa), e na direção de afirmar sua identidade em um momento em que os sujeitos históricos estão cercados de incertezas. Sem negligenciar que “o novo não está no que é dito, mas do acontecimento de sua volta” (FOUCAULT, 2014,

p. 25), precisamos pensar também que, se não são novas aquelas representações do Rio, o momento histórico em que são evocadas não só permite como clama pela sua ressignificação, a partir de uma nova modelação pelos discursos que circulam. Sendo assim, ao debruçar-se sobre a paisagem cotidiana e voltando os olhos para as cenas urbanas, o cronista, ao mesmo tempo, capta e projeta determinadas imagens importantes para a afirmação da cidade.

Mas se o poder de um intelectual não se inscreve no campo político, não tendo, então, a influência necessária para mudar o estado de coisas de maneira direta, ele é um poder importante porque age também no imaginário que, como bem define Baczko (1985), é onde a vida social cria sentido, é o que nos motiva a agir de determinada forma.

São, então, representações que estão não apenas circulando, mas em disputa no imaginário do período justamente para explicá-lo, para dar-lhe um determinado sentido, e conduzi-lo, assim, a uma determinada ação. As crônicas publicadas após 21 de abril de 1960 podem oferecer-nos um quadro melhor dessa disputa, em seu momento de uma possível, ainda que passageira, resolução.

Na leitura de Pongetti, a transferência deixara o Rio mais calmo, tão calmo como era difícil esperar. Em *Introdução ao Guanabarisimo*, de 29 de abril (O GLOBO, n. 10.424, p.3), concentra-se na narrativa de um passeio pelo ex-centro político do país, ressaltando o Parlamento como “a boca fechada de um terrível e estentórico dragão”, e os edifícios dos ministérios como “fortalezas evacuadas”, reiterando a imagem que construía nas crônicas anteriores do lugar do poder como incômodo. Esse clima de sossego é o que o faz refletir que “ser cidadão da capital do país traz ônus individuais”, só percebidos depois que esta deixa de sê-lo. Aqui, as belezas naturais do Rio também têm papel fundamental nessa representação de uma nova cidade longe do poder: “Não como consolo, mas como reforço de opinião, Deus mandou uns céus azuis de sua reserva especial”. Afirmando-a como “capital sensorial do país”, cujas qualidades naturais o homem não pode tirar, compara ainda, sutilmente, a arquitetura moderna às belezas naturais do Rio ao questionar “quem pode mais, Lúcio Costa e Niemeyer ou Deus”.

Na sessão de Braga, que depois da transferência já evita o assunto, no entanto, é uma imagem de Brasília, em *Água e ar*, de 24 de maio de 1960 (O GLOBO, n. 10.445, p.2), que permite perceber uma representação do Rio que permaneceria: a dos prazeres. Referindo-se a surtos de desintéria que estariam ocorrendo em Brasília e citando as hipóteses para tal, a água da cidade ou o seu “ar urbano”, pende para a segunda, mostrando a nova capital como uma cidade entediante. Sem fazer evocação direta ao Rio de Janeiro, opõe esse tédio de Brasília à vida de uma metrópole: fala sobre a falta de mulheres, de se ter onde ir (porque “já viram tudo”) e da necessidade de sempre se ter algo para fazer para não sofrer do “tédio federal”. Podemos ver que a cidade valorizada é esta que se inscreve no sonho de uma metrópole moderna, em que existem índices de civilização (europeia, norte-americana) e qualidade de vida.

Já Lessa, após longo período sem crônicas sobre a transferência da capital, cita-a brevemente em *Rio Turístico*, de 22 de junho de 1960 (O GLOBO, n. 10. 470, p.1, seção 2), mas, ao contrário dos dois cronistas anteriores, não o faz para criar um contraste ou diminuir a importância da transferência: “acabaram descobrindo que a capital do Brasil é Brasília (desculpem, ia dizendo Rio de Janeiro)”. O que poderia soar irônico em uma crônica de Pongetti ou de Braga, em Lessa é usado simplesmente para ressaltar a excepcionalidade do Rio. Nessa crônica, comenta sobre o “progresso do Rio no ramo turístico” nos últimos 15 anos, que trouxe a ele reconhecimento no mundo por suas belezas, abrindo portas a um mundo cosmopolita: “Ficamos importantes de repente, sem nos darmos conta, com cara e sintomas de grande metrópole. Então vamos aproveitar”. A natureza é abordada aí apenas como atrativo para o desejado “mundo civilizado” (aproximação essa que também é feita, pela via da história, por Pongetti em *Kafkiana*) do qual o Rio passou a fazer parte, o que pode ser notado pela descrição da diversidade de estabelecimentos comerciais. Assim, de maneira mais direta que Braga, a cronista associa a grandeza do Rio, não perdida com a mudança da capital (o que fica nítido no “lapso” “desculpem, ia dizendo Rio de Janeiro”), com essa “vocação cosmopolita”.

Já em *Saibam quantos estas virem*, de 08 de agosto daquele ano (O GLOBO, n. 10.510, p.1, seção 2), a cronista destaca o Rio esvaziado depois da transferência, mas dessa vez uma imagem mais abrangente que a de Pongetti, construindo uma imagem

lírca de sossego, descrita como os “melhores dias” do Rio de Janeiro. Confirma, assim, a própria tese, vista em *Brasília-Pasárgada* (1959), de que a transferência da capital permitiria que o Rio passasse a ser uma cidade para “escolhidos”, como a cronista chama aqueles que agora aproveitam a praia vazia, ainda que “tão poucos iniciados” percebam “tamanhos privilégios”. Inscreve o Rio, com esse esvaziamento, no mesmo sonho de uma metrópole que Braga, em *Água e Ar*, a colocou: todos os recursos, bem regidos, com qualidade de vida.

Os três cronistas parecem convergir, dessa maneira, para a valorização do Rio, seja pela confirmação do que eles prenunciavam como a “incompletude” de Brasília, não só material, como “espiritual”, no caso de Pongetti e Braga, críticos do empreendimento ousado de JK; seja pela confirmação da esperança de que a mudança traria um novo ar ao superlotado e problemático Rio, como anunciava Lessa, entusiasta de Brasília como cidade-ideal, mas que declarou que para lá não iria (como, de fato, não foi). Ao menos com relação a esse ponto, os ânimos parecem apaziguados após a inauguração da nova capital, e os debates podem voltar-se para os problemas criados com a instituição da Guanabara, ou para os velhos problemas que não foram resolvidos ao deixar de ser capital federal.

3. Considerações finais

Muito embora não precisando inscrever-se na posição apregoada pela linha editorial de *O Globo*, os cronistas, ao longo de 1959 e 1960, parecem por convergir também com o ideal maior do seu veículo difusor. Este, quanto mais próxima era a inauguração de Brasília, mais esforço investia em saudar o futuro do Rio, o que aparecerá com ainda mais força no dia 21 de abril, para além da primeira página, pois, juntamente às notas que detalham os eventos da festa em Brasília, há muitas que noticiam os acontecimentos secundários da inauguração. Na página 4, “Despede-se o prefeito” cobre a saída de Sá Freire Alvim para a entrada do Governador da Guanabara, Sette Câmara, e, na página 10, descrevem-se detalhes sobre essa transferência, a estimativa político-econômica do novo estado no artigo “Esta é uma hora de júbilo e esperança”, bem como a celebração da história da ex-capital, em “45 prefeitos em 69 anos”, e a notícia do estatuto jurídico da Guanabara, em “Ajustou-se às normas do TRE

a Lei Orgânica da Guanabara”. Na página 14, o artigo de título efusivo “Ninguém escapa à vibração do momento histórico da cidade” chama atenção para os votos como “centro cultural”, de “bem-estar e segurança”, como “símbolo de responsabilidade”... à antiga capital.

Tudo isso, porém, vinha já sendo engendrado no imaginário do cidadão carioca, para o qual os cronistas, com os pés no cotidiano e com uma linguagem leve, contribuíram também ativamente, recolhendo e projetando as impressões das ruas.

Assim, trata-se de uma necessidade comum de afirmar a importância da cidade, partindo de sua autoestima. Independentemente de ser contrários ou a favor da mudança, tanto *O Globo*, como empresa, quanto seus cronistas e suas diversas opiniões encontram-se em relação ao olhar que lançam ao Rio: a perda da condição de capital não deveria alterar a sua majestade no imaginário nacional.

4. Referências

BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: LEACH, Edmund et Alii. *Anthropos-Homem*. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985, p. 296-332.

BARBOSA, Marialva. *História Cultural da imprensa – Brasil (1900-2000)*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo A. de Miranda. *História em cousas miúdas*. Campinas: Editora da Unicamp, 2005.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*: aula inaugural no College de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

LAMAS, José M. Ressano Garcia. *Morfologia urbana e desenho da cidade*. 3 ed. Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia: Porto, 2004.

MOTTA, Marly. *Rio de Janeiro: de cidade-capital a Estado da Guanabara*. Rio de Janeiro: Alerj, 2001.

O GLOBO, Rio de Janeiro, 1959-1960. Disponível em <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=1960196004>

OLIVEIRA, Márcio. *Brasília: O mito na trajetória da nação*. Brasília: Paralelo 15, 2005.

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019

PESAVENTO, Sandra J. Crônica: a leitura sensível do tempo. *Revista Anos 90*. Porto Alegre: UFRGS, n. 7, p. 29-37, jul.1997.

SIMON, Luiz. O perfil intelectual do cronista contemporâneo. In: PETERLE, Patricia et al. *Escritura e sociedade: o intelectual em questão*. Assis-SP: UNESP, 2006. p. 159-168.